



# CADERNO DE PROVA

## PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**DATA DA PROVA 15/06/2023**

**PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO REMUNERADO EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.**

### PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas.

### INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

## PROVA DE PÓS-GRADUAÇÃO – DIREITO

## LÍNGUA PORTUGUESA

## Texto 1

Libertação dos escravos no Ceará: 25 de março de 1884 ou 1º de janeiro de 1883?

**"A festança do 25 de março foi adredemente preparada pelo então ladino governador Dr. Sátyro de Oliveira Dias, que tomara posse no dia 21 de agosto de 1883", aponta em artigo o jornalista e poeta Barros Alves**

É correto exaltar o Ceará como a primeira província a libertar os escravos, tomando-se a data de 25 de março de 1884 para a comemoração do evento. Todavia, toda data comemorativa tem algo de arbitrário, é sempre definida por quem detém o poder. Essa não é diferente. No caso em apreço, a data poderia ser muito bem o 1º de janeiro de 1883, quando Redenção, na Vila do Acarape, foi a primeira localidade do Brasil que concedeu liberdade formal a seus escravos. Quando se fala no 25 de março, logo nos vem à mente o município de Redenção, porque poucos sabem que ali a libertação dos cativos se deu mais de um ano antes da data definida em face da lei que determinou a data comemorada oficialmente hoje. A festança do 25 de março foi adredemente preparada pelo ladino governador Dr. Sátyro de Oliveira Dias.

Olvidemos o ano de 1884 e lembremos as libertações que foram feitas no ano de 1883. A 4 de janeiro fundou-se em Fortaleza o "Centro Abolicionista 25 de Dezembro" entidade que tinha por objetivo "promover a manumissão dos escravos", confirme registro do Barão de Studart, a quem recorremos para esta breve crônica. De logo esse Centro libertou 54 escravos. Em 25 de março de 1883 extingue-se a escravidão nos municípios de Icó e Baturité. Um mês depois é a vez da vila São João do Príncipe, como era denominada a atual Tauá até 1889. Vale salientar que o primeiro nome era mesmo Tauá, vila criada sob a invocação de São João do Príncipe, pela Ordem Régia de 22 de julho de 1866. A Lei 485, de 14 de outubro de 1898 restabeleceu a primitiva denominação que permanece até os dias atuais.

Maranguapé e Messejana libertaram os escravos no dia 20 de maio de 1883. Para tanto foi despendido pelo governo da província a quantia de 2.140,00 réis para libertar 24 cativos de Maranguapé e 2.500 réis para tornar livres 25 de Messejana. Vê-se, portanto, que o contingente escravizado no Ceará era muito pequeno em comparação com a população escrava de Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em 23 de maio o Aquiraz libertou seus 60 escravos. Em 24 de maio Fortaleza colocou em liberdade os escravos em "esplêndida festa tão grande quão humanitária", segundo o redator do jornal "O Cearense", órgão oficial da província. Daí, 24 de maio ser nome de rua no perímetro central da nossa capital..."

Barros Alves, jornalista e poeta

As Questões de 01 a 06 se referem ao texto 1

1. Abaixo do título do texto, antes de o iniciar, foi posto um parágrafo a fim de evidenciar algo importante no contexto. A esse artifício literário, é dado o nome de:

- A) Prólogo.
- B) Epílogo.
- C) Epígrafe.
- D) Perífrase.
- E) Prolegômenos.

2. Analise as assertivas abaixo quanto aos diversos aspectos textuais:

I. Pertence ao gênero textual narrativo, tendo predominância da função de linguagem referencial.

II. Apresenta argumentos elucidativos quanto ao questionamento existente no título.

III. Evidencia dados históricos a fim de ser confirmada a interrogação do título.

IV. Há elementos implícitos pelos quais se pode pressupor a arbitrariedade da data citada para a libertação dos escravos no Ceará.

V. Comprova o texto, a certeza da data da erradicação da escravidão, decretada pelo governador Dr. Sátyro de Oliveira Dias.

Estão corretas apenas as assertivas:

- A) II, III e IV.
- B) II, III, IV e V.
- C) I, II, IV e V.
- D) I, III, IV e V.
- E) I, II, III e IV.

3. Existem vários tipos de discurso e de variedades linguísticas empregados de acordo com o gênero e tipo textual. No texto,

no condizente ao acima explícito, identifique a única alternativa correta.

A) Existem exemplos tanto de discurso indireto quanto de discurso indireto livre.

B) Apresenta, além de exemplos de discurso indireto livre, discurso direto na variedade linguística informal.

C) Contém apenas discurso direto e mescla vários tipos de variedades linguísticas.

D) Mostra claramente a inobservância a algumas normas gramaticais nos exemplos de discurso indireto livre.

E) Mostra correção, nas normas gramaticais, apenas nos exemplos de discurso direto.

4. "A festança do 25 de março foi adremente preparada pelo então ladino governador Dr. Sátyro de Oliveira Dias, que **tomara** posse no dia 21 de agosto de 1883", aponta em artigo o jornalista e poeta Barros Alves

I. "...que **tomara** posse no dia 21 de agosto de 1883,"

II. **Tomara** que tenhamos acertado tudo nesta prova.

Analisando os vocábulos destacados, identifique a única alternativa correta quanto aos diversos aspectos linguísticos de ambas.

A) No item I, a palavra é um elemento verbal indicativo de ação incompleta em relação ao tempo presente.

B) No item II, o termo é classificado morfologicamente como advérbio, indicativo de circunstância hipotética.

C) Nos dois itens, as palavras em negrito se assemelham apenas graficamente, sendo classificadas como homônimas homógrafas.

D) Os termos destacados, semanticamente, classificam-se como homônimos perfeitos por possuírem pronúncia e grafia iguais.

E) De acordo com a semântica, tais termos recebem o nome de parônimos por serem iguais na forma e terem significados diferentes.

"Vale salientar que o primeiro nome era mesmo Tauá, **vila criada sob a invocação de São João do Príncipe**, pela Ordem Régia de 22 de julho de 1866. A Lei 485, de 14 de outubro de 1898 restabeleceu a primitiva denominação que permanece até os dias atuais." (Parágrafo 2)

"Em 24 de maio Fortaleza colocou em liberdade os escravos em "esplêndida festa tão grande quão humanitária", segundo o redator do jornal "O Cearense", **órgão oficial da província**. Daí, 24 de maio ser nome de rua no perímetro central da nossa capital." (Parágrafo 3)

5. Os termos em destaque, nos trechos acima, recebem sintaticamente o nome de:

A) Vocativo.

B) Aposto.

C) Objeto direto.

D) Objeto indireto.

E) São apenas elementos enfáticos.

6. Os sinais de pontuação constituem um recurso de relevância em quaisquer tipos de texto, uma vez que podem transformar a semântica, tornando-os mais belos e claros. Quanto ao emprego dos referidos sinais, apenas se pode afirmar que:

A) Há falhas quanto à posição em diversas situações, capazes de tornar o texto ambíguo.

B) Evidencia que o autor, embora saiba o histórico do fato, não conhece as minúcias, quanto ao emprego enfático dos sinais.

C) Nota-se apenas algum erro no último parágrafo, assim mesmo sem relevância para o conteúdo.

D) Emprega bem o cronista, os sinais de pontuação de modo a tornar o texto com fácil compreensão e interpretação.

E) Observa-se que toda a compreensão e interpretação foi prejudicada, devido à inobservância das normas da variedade formal da língua.

Texto 2

- O que é isto, Aurélia?
- Meu testamento.

Ela despedaçou o lacre e deu a ler a Seixas o papel. Era efetivamente um testamento em que ela confessava o **imenso amor** que tinha ao marido e o instituía seu universal herdeiro.

- Eu o escrevi logo depois do nosso casamento; pensei que morresse naquela noite, disse Aurélia com um gesto sublime.

Seixas contemplava-a com os olhos rasos de lágrimas.

- Esta riqueza causa-te horror? Pois faz-me viver, meu Fernando. É o meio de a repelires. Se não for bastante, eu a dissiparei.

As cortinas cerraram-se, e as auras da noite, acariciando o seio das flores, cantavam o hino misterioso do santo amor conjugal.

("Senhora", Alencar, José Martiniano de,)

Texto 3

**Olhos Negros**

(...)

Muito maus! Nunca me dizem

O que bem sabem dizer;

Não me dão uma esperança

E nem ma deixam perder;

Andam sempre me enganando,

Têm gosto em ver-me sofrer.

Por mais terno que os suplique,

Não se condoem de mim;

Às vezes fitam-me a furto,

Porém nunca dizem sim.

Ah! olhos negros tão maus,

Nunca vi outros assim.

Não quero mais estes olhos!

Amo agora umas estrelas

Que brilham num céu de anil;

Sem receio de ofendê-las,

Bebo a luz dos olhos seus;

Só vivo agora de vê-las.

("Olhos negros", Alencar, José Martiniano de,)

7. Observando-se os textos 2 e 3 quanto aos tipos e gêneros textuais e respectivas características, analise os itens abaixo:

I. Ambos são pertinentes a um gênero literário chamado literário em que determinadas nuanças da língua formal podem ser transgredidas.

II. Tais gêneros possuem, como uma das principais características, a utilização da conotação.

III. O texto 2, em prosa, pertence ao gênero narrativo, sendo o tipo, chamado de romance de costumes.

IV. O tipo de narrador, empregado por José de Alencar, é onipresente, uma vez que o protagonista usa a primeira pessoa.

Ponha V para as afirmações verdadeiras e F, para as falsas, identificando a única alternativa correta:

A) V, V, F, V.

B) V, F, V, V.

C) F, V, V, V.

D) F, F, V, V.

E) V, V, V, V.

8. Os textos 2 e 3 apresentam aspectos formais variados, se bem que possuam características estilísticas iguais ou similares. Quanto a tais aspectos, analise os itens I e II, assinalando em seguida, a única alternativa correta.

I. Ambos apresentam predominância de conotação na construção textual, com emprego sobretudo de metáforas.

II. As formas verbais possuem tempos e modos variados com predominância de substantivos concretos e de orações substantivas.

A) Todos dois se encontram corretos.

B) O item I se encontra parcialmente correto.

C) Somente o item I se encontra sem falha.

D) Ambos os itens estão errados.

E) Apenas o item II está totalmente certo.

9. A sintaxe e a colocação de palavras em um texto são bastante importantes, quer seja ela nominal ou verbal, no concernente ao posicionamento do pronome pessoal oblíquo em relação ao verbo e dos elementos modificadores em relação aos nomes. Assim analise o excerto abaixo:

"Ela despedaçou o lacre e deu a ler a Seixas o papel. Era efetivamente um testamento em que ela confessava o **imenso** amor que tinha ao marido e **o instituía** seu universal herdeiro." (texto 2, sexto parágrafo)

A única alternativa correta é

A) A colocação dos nomes, dos verbos, das formas pronominais se encontra de acordo com a variedade formal da Língua.

B) O termo destacado junto ao nome, caso fosse mudada a colocação, modificaria o sentido do elemento a que ele se refere.

C) Os termos da expressão verbal, em negrito, apresentam um caso de próclise, mas poderia ser utilizado também mesóclise.

D) A antítese empregada, no primeiro período, implica ambiguidade, tornando o parágrafo confuso.

E) "**o instituía**", o pronome pessoal oblíquo se encontra inadequado por exercer função de objeto direto e o verbo é transitivo indireto, portanto deveria ser **lhe**.

10. Analise as assertivas quanto aos diversos aspectos linguísticos existentes no trecho em destaque:

Texto 2

(...)

- Eu o escrevi logo depois do nosso casamento; pensei que morresse naquela noite, disse Aurélia com um gesto sublime.

Seixas contemplava-a com os olhos rasos de lágrimas.

- Esta riqueza causa-te horror? Pois faz-me viver, meu Fernando. É o meio de a repelires. Se não for bastante, eu a dissiparei.

As cortinas cerraram-se, e as auras da noite, acariciando o seio das flores, cantavam o hino misterioso do santo amor conjugal.

I. Em "**Seixas contemplava-a...**", existe uma retomada pronominal de um termo anterior por uma forma pronominal oblíqua, com função de objeto direto. A forma verbal se encontra em um tempo indicativo de ação incompleta em relação ao presente.

II. Em "**Pois faz-me viver, meu Fernando.**" Poderia ser usado próclise; constitui uma explicação; forma período composto com oração reduzida cujo sujeito é uma forma pronominal oblíqua.

III. "...meu **Fernando**...", sintaticamente, a palavra em negrito, que é vocativo, vem precedida de um adjunto adnominal, representado por um pronome possessivo adjetivo.

IV. As metáforas existentes no último período apresentam vários valores semânticos: circunstância, uma época inconclusa no passado e outra ação já concluída em relação ao presente.

Ponha V para as assertivas verdadeiras e F para as falsas, assinalando a única alternativa sem erro:

A) V, V, V, F.

B) V, V, V, V.

C) V, V, F, F.

D) F, V, F, V.

E) F, V, V, V.

11. No condizente ao excerto, identifique a única afirmação correta.

"Se não for bastante, eu a dissiparei."

A) O período é composto por subordinação, cuja oração principal possui um complemento nominal.

B) A forma verbal **for** apresenta aspecto verbal de uma ação futura em relação a um tempo passado.

C) A forma verbal **for** se encontra no futuro do subjuntivo de um verbo, que é classificado como anômalo.

D) O elemento conector que inicia o período apresenta idêntico valor semântico ao existente em: "**Não sabemos se amanhã choverá**".

E) A forma verbal **dissiparei** se encontra no futuro do presente, mas se encontra em discordância com o verbo da oração anterior.

Estão corretos apenas os itens:

- A) I, II, IV.
- B) I, II, IV, V.
- C) II, III, V.
- D) I, II, III, V.
- E) II, III, IV.

14. Analise o verso em negrito, assinalando em seguida, a única alternativa correta.

**Por mais terno que os suplique,**

Não se condoem de mim;

(texto 3, segunda estrofe)

- A) A construção do período se encontra com falha, devido à regência do verbo ser inadequada.
- B) O "que" se classifica como pronome relativo, com função de objeto direto.
- C) A forma verbal pertence a um verbo de primeira conjugação, regular, que se encontra no presente do indicativo.
- D) A palavra "os" se classifica como pronome pessoal oblíquo, tônico, com função de objeto direto.
- E) **Por mais que** poderia ser substituída por **posto que**, sem haver modificação do valor semântico.

15. Analise as assertivas abaixo quanto aos aspectos textuais.



I. Trata-se de um cartum por ser atemporal e não retratar uma pessoa isolada, mas a coletividade.

As Questões 12 e 13 se relacionam à estrofe abaixo

"Muito **maus!** Nunca me dizem  
O que bem sabem dizer;  
Não me dão uma esperança  
**E nem ma deixam perder;**  
Andam sempre me enganando,  
**Têm** gosto em ver-me sofrer."

12. Em relação ao verso destacado no poema Olhos Negros, retirado do texto 3, identifique a única alternativa correta:

- A) Percebe-se que **ma** é combinação de **me**, pronome pessoal oblíquo, no caso é sujeito do infinitivo com **a**, pronome pessoal oblíquo, objeto direto.
- B) Indica inadequação, o sinal de pontuação empregado, uma vez que deveria ser usado ponto final.
- C) Substitui uma palavra posteriormente empregada, o pronome oblíquo átono existente.
- D) Conecta de modo contrastante, o elemento relacional utilizado.
- E) Trocando-se a primeira pessoa do singular pela segunda do plural, ter-se-ia **no-la**.

13. Verbo, por vezes, leva-nos a empregar formas e tempos verbais de maneira errônea pelo simples emprego de sinal gráfico ou de uma letra. Analise, quanto a tais aspectos, as assertivas abaixo:

I. Na forma verbal destacada no verso da estrofe em análise, na questão 12, **têm**, o acento gráfico é diferencial para distinguir da forma singular; tal artifício é utilizado para as formas **vem** e **vêm**, pertinentes ao verbo **vir**.

II. Em: "Quando você **vir** seu futuro brilhar, agradeça logo ao Criador." A forma verbal **vir** pertence ao futuro do subjuntivo do verbo **ver**.

III. Os tempos derivados dos verbos **ter** e **vir** observam, quanto à acentuação gráfica, as mesmas regras das formas primitivas. Assim, temos: **contém** e **contêm** e **convém** e **convêm**. Sendo que, no singular, o acento é agudo por serem palavras oxítonas terminadas em **EM**.

IV. Na expressão muito **maus**, da estrofe em análise, a palavra destacada se encontra empregada corretamente por se referir a termo implícito. O mesmo elemento caracterizador também se encontra correto em: O trabalho foi **mau** redigido.

V. **Mau** e **mal** e **mais** e **mas** constituem, na nossa variedade linguística coloquial, um exemplo de homonímia, por pronunciarmos erroneamente, fazendo uma ditongação.

II. Em **por que**, o termo foi redigido de modo incorreto, uma vez que deveria ser **porque** junto, por se tratar de uma causa.

III. Existe um pressuposto, empregado ironicamente pelo pai, quando emprega o pronome indefinido **nada**, em relação de homonímia com a ação do peixe que **nada**.

IV. Os **quês** empregados na fala do pai possuem valores morfológicos, sintáticos e semânticos diferentes.

Pondo V para as assertivas verdadeiras e F para as falsas, identifique a única alternativa correta.

A) V, V, F, F.

B) V, F, V, F.

C) F, V, V, V.

D) V, F, V, V

E) F, F, V, V.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Leia o excerto abaixo.

"Diz respeito à exigência de que certas matérias só possam ser regulamentadas por meio de lei."

O trecho acima diz respeito ao seguinte princípio constitucional:

A) Princípio da legalidade.

B) Princípio da igualdade.

C) Princípio da reserva legal.

D) Princípio da dignidade da pessoa humana.

E) Princípio da autoridade.

17. Princípio que determina que a Administração Pública deve agir de forma transparente, visando garantir o acesso à informação e a participação dos cidadãos nas decisões governamentais. Chama-se princípio

A) da eficiência.

B) da impessoalidade.

C) da publicidade.

D) da moralidade.

E) da abertura constitucional.

18. Acerca do sistema federativo brasileiro, podemos afirmar:

I - A União é responsável por legislar sobre matérias de interesse nacional;

II - O Estado exerce a competência legislativa apenas sobre matérias de interesse municipal;

III - O município tem a autonomia para legislar sobre assuntos de interesse específico de sua comunidade;

IV - O município é o ente responsável por exercer a competência legislativa sobre matérias de interesse local.

Estão corretas as afirmativas:

A) III e IV, apenas.

B) I e III, apenas.

C) II e IV, apenas.

D) I, III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

19. Poder administrativo que permite à Administração Pública rever seus próprios atos, anulando aqueles que se mostram ilegais ou inválidos, trata-se do

A) Poder Disciplinar.

B) Poder Normativo.

C) Poder Hierárquico.

D) Poder de Autotutela.

E) Poder Autorizador.

20. Segundo o Código Civil Brasileiro, a personalidade civil é atingida ao(s):

A) 16 anos.

B) 18 anos.

C) 21 anos.

D) 25 anos.

E) nascer.

21. Assinale a alternativa que NÃO contém uma sanção prevista pela Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

A) Perda de bens.

B) Perda da função pública.

C) Pagamento de multa civil.

D) Pena de trabalho forçado.

E) Suspensão temporária dos direitos políticos.

22. O direito fundamental assegurado pela Constituição Federal que garante a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas e de dados é o:

A) Direito à privacidade.

B) Direito à intimidade.

C) Direito à liberdade de expressão.

D) Direito à igualdade.

E) Direito à religião.

23. No sistema federativo brasileiro, as competências legislativas são divididas entre a União, os estados e os municípios. Os estados têm competência para legislar sobre:

A) direito penal.

B) direito civil.

C) direito tributário.

D) direito eleitoral.

E) direito processual.

24. Segundo o Código Civil, prescreve em 1(um) ano:

A) a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

B) a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.

C) a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.

D) a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos.

E) a pretensão relativa a aluguéis de prédios comerciais.

25. É nulo o negócio jurídico, quando:

I - celebrado por pessoa absolutamente incapaz;

II - for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;

III - o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;

IV - não revestir a forma prescrita em lei.

Estão corretas as afirmativas:

A) I e II, apenas.

B) II e III, apenas.

C) II e IV, apenas.

D) I, III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

26. Acerca dos bens públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

A) São bens públicos os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

B) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

C) Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado.

D) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

E) São bens públicos os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.



27. Em consonância com o Código Penal, o crime de peculato consiste em:

A) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

B) Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.

C) Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.

D) Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente.

E) Subtrair menor de dezoito anos ou interdito ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial.

28. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas, em razão dela, vantagem indevida, configura o crime de:

A) Peculato mediante erro de outrem.

B) Concussão.

C) Extravio.

D) Excesso de exação.

E) Latrocínio.

29. Leia o excerto abaixo.

"Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício."

O trecho acima diz respeito ao seguinte crime:

A) Usurpação de função pública.

B) Corrupção ativa.

C) Descaminho.

D) Corrupção passiva.

E) Rufianismo.

30. Leia as afirmativas abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso.

Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes:

( ) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;

( ) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município; de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;

( ) contra a administração pública, por quem está a seu serviço;

( ) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta.

A) V-V-F-V

B) F-F-V-F

C) F-V-F-F

D) V-V-V-V

E) F-F-F-V

31. Quais são os sujeitos passivos da improbidade administrativa de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa?

A) Apenas os agentes públicos.

B) Apenas os particulares.

C) Apenas os órgãos de controle.

D) Os agentes públicos, os particulares e os órgãos de controle.

E) A população, exclusivamente.

32. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

I - regularização fundiária;

II - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III - constituição de reserva fundiária;

IV - ordenamento e direcionamento da expansão urbana.

Estão corretas as afirmativas:

A) I e III, apenas.

B) II e IV, apenas.

C) II e III, apenas.

D) I, III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

33. De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

A) O usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.

B) O usufruto de imóveis, mesmo que resulte de usucapião, constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis.

C) Salvo disposição em contrário, o usufruto estende-se aos acessórios da coisa e seus acréscidos.

D) O usufrutuário tem direito à posse, uso, administração e percepção dos frutos.

E) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial.

34. Podemos afirmar que prescreve em três anos:

A) a pretensão de reparação civil.

B) a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

C) a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.

D) a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos.

E) a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

35. De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

A) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

B) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

C) são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

D) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, sem indenização ulterior ao proprietário se houver dano.

E) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

36. Leia as afirmativas abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso.

A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

( ) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

( ) pelo casamento.

( ) pelo exercício de emprego público efetivo.

( ) pela colação de grau em curso de ensino médio.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta.

A) F-F-V-F

B) V-V-F-V

- C) F-F-F-V
- D) V-F-V-F
- E) V-V-V-V

---

37. Em consonância com o Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.
- B) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
- C) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- D) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena.
- E) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime, exclui o dolo, porém não permite a punição por crime culposos.

---

38. Leia o excerto abaixo.

"O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de \_\_\_\_\_, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela."

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.

- A) 20 dias
- B) 30 dias
- C) 45 dias
- D) 50 dias
- E) 60 dias

---

39. Segundo o Código Civil, quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior, dá-se a:

- A) Novação.
- B) Compensação.
- C) Dação em pagamento.
- D) Imputação do pagamento.
- E) Consignação.

---

40. Leia as afirmativas abaixo acerca da ação penal.

I - Se o ofendido for menor de 18 e maior de 16 anos, o direito de queixa poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal;

II - Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada;

III - A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria, expedida pela autoridade judiciária ou policial;

IV - Nos crimes de ação pública, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I e IV, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

---

41. Podemos afirmar que a Constituição Federal de 1988 é classificada da seguinte forma:

- A) Preceitual.
- B) Flexível.
- C) Outorgada.
- D) Analítica.
- E) Cesarista.

42. Leia as afirmativas abaixo acerca do pedido.

I - É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior;

II - A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé;

III - Compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, exceto os honorários advocatícios;

IV - É lícito formular pedido genérico nas ações universais, se o autor não puder individualizar os bens demandados.

Estão corretas as afirmativas:

A) II e III, apenas.

B) III e IV, apenas.

C) I, II e IV, apenas.

D) I, II, III e IV.

E) III apenas.

43. Em consonância com o Código de Processo Civil, a petição inicial NÃO é considerada inepta quando:

A) da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.

B) o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.

C) lhe faltar pedido ou causa de pedir.

D) a parte for manifestamente ilegítima.

E) contiver pedidos incompatíveis entre si.

44. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

A) quinze dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

B) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

C) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis

D) cento e vinte dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

E) cento e oitenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

45. Leia as afirmativas abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso.

É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

( ) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

( ) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

( ) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

( ) progressiva extensão da obrigatoriedade e da gratuidade exclusivamente ao ensino médio.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta.

A) F-F-V-F.

B) V-V-V-F.

C) F-V-F-V.

D) V-V-V-V.

E) F-V-F-F.

46. A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso. Deixa de ser obrigatória a proposta:

A) se, feita sem prazo a pessoa presente, foi imediatamente aceita.

B) se, feita sem prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.

C) se, feita com prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita.

D) se, feita a pessoa ausente, tiver sido expedida a resposta dentro do prazo dado.

E) se, mesmo que depois dela, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.

47. Assinale a alternativa correta a respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

A) É uma ação que busca a declaração de constitucionalidade de uma lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

B) É uma ação proposta perante o STF com o objetivo de questionar a constitucionalidade de uma lei ou ato normativo federal ou estadual.

C) É cabível para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público, e, também, quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

D) É uma ação que visa questionar a omissão do Poder Público em editar uma lei ou adotar providências necessárias para o cumprimento de um preceito constitucional.

E) Busca que o STF reconheça a inércia do Poder Público e determine a adoção das medidas necessárias para cumprir o preceito constitucional omitido.

48. Serão registrados no registro civil de pessoas naturais:

I - as interdições;

II - as emancipações;

III - as sentenças declaratórias de ausência;

IV - as sentenças que deferirem a legitimação adotiva.

Estão corretas as afirmativas:

A) II e III, apenas.

B) I e II, apenas.

C) II, III e IV, apenas.

D) II e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

49. De acordo com a Constituição Federal, onde versa acerca da organização dos poderes, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Compete, privativamente, ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

B) Compete, privativamente, à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias, após a abertura da sessão legislativa.

C) É da competência exclusiva do Congresso Nacional, resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

D) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.

E) É da competência exclusiva do Congresso Nacional, autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.

50. De acordo com a Lei n. 8.666/1993, a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias, é chamada:

A) Concorrência.

B) Leilão.

C) Concurso.

D) Convite.

E) Tomada de preços.